

Carta Política

IV Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia IV ERAA



Abaetetuba (PA),
09 de novembro de 2018.

Carta Política - IV ERAA

Resistir para Existir: agroecologia na Amazônia

Entre os dias 05 e 09 de novembro de 2018 realizamos o IV Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia – Por Territórios Livres e Soberania Popular na Amazônia. Contamos com a participação de todos os 09 estados da Amazônia brasileira. Entre os participantes, tivemos a predominância de indígenas, quilombolas, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos (as), agricultores (as) familiares, artesãos urbanos e, também, assessores (as) técnicos, educadores (as) populares, estudantes, professores (as) e pesquisadores (as). O evento foi marcado por uma maioria de mulheres, que representou 56% do público, tendo também uma presença marcante da juventude.

Cabe destacar que o IV ERAA é o maior evento de Agroecologia da Pan Amazônia, que teve, nesse momento, o papel de refletir sobre os desafios do movimento agroecológico na Amazônia brasileira.

No encontro realizou-se um qualificado debate sobre a conjuntura na óptica dos movimentos sociais da Amazônia, como também proporcionou-se aos participantes uma rica imersão nos territórios, possibilitando uma valorosa troca de experiências que vão desde: protocolos comunitários de consulta, experiências de educação do campo, manejo de sistemas agroecológicos de produção, manejo extrativista de recursos nativos em assentamentos de reforma agrária, quilombos, comunidades tradicionais e espaços de comercialização de alimentação saudável e local.

O IV ERAA acontece em um momento que a democracia passa por ameaças pela onda ultradireita que inundou o país, quando todos os direitos conquistados nos últimos 70 anos estão na mira de mudanças drásticas. Entre as promessas de retrocessos está: a subordinação da gestão ambiental à União Democrática Ruralista (UDR); a revogação dos marcos legais conquistados a duras penas, que promoveram os direitos territoriais aos povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, extrativistas e agricultores (as) familiares; ataques ao sistema de ensino, pesquisa e extensão; desmonte de programas de promoção social e a fragilização dos direitos trabalhistas, que levarão precarização do trabalho. Outro ponto importante, que merece destaque, é a não ratificação do protocolo de Nagoya, que impedirá o

Carta Política - IV ERAA

reconhecimento do direito dos povos e comunidades tradicionais sobre seus conhecimentos associados à sociobiodiversidade, num contexto de crescimento da criminalização dos movimentos sociais e de organizações de defesa de direitos humanos.

Apesar do cenário de ameaça, o campo da agroecologia na Amazônia tem se fortalecido e avançado nos últimos quinze anos, desde que constituímos a Articulação Nacional de Agroecologia/ANA. Entre os avanços conseguidos, destacamos: a constituição de uma identidade agroecológica amazônica e uma articulação dos movimentos sociais nesse campo; a valorização do papel das mulheres na construção da agroecologia; o reconhecimento das práticas sociais no campo da produção e da comercialização; a redefinição de um referencial de educação, com a criação de cursos em diferentes níveis, centrados na educação do campo e na agroecologia (são mais de 170 cursos criados); construção dos Núcleos de Estudos em Agroecologia em Universidades, Institutos Federais e Instituições de Pesquisa (Existem 280 NEAs em todo o Brasil); a contribuição, incontestável, para a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica/ PNAPO; e o crescimento considerável das experiências no campo da sociobiodiversidade, a partir de conhecimentos locais.

Durante os cinco dias do encontro, visitamos e refletimos sobre dezenas de iniciativas concretas de agroecologia que se desenvolvem em toda Amazônia brasileira, através de 05 caravanas territoriais, 08 seminários temáticos, 02 mesas de debates, que nos permitem afirmar:

Terra e Território

Sem a garantia da terra e do território não há agroecologia. Os direitos territoriais são resultados de um processo de luta e resistência de povos tradicionais, indígenas, agricultores familiares, camponeses, ribeirinhos e quilombolas. Pensar a reforma agrária na Amazônia requer um olhar específico pelos usos diversificados da terra. Ou seja, implica no reconhecimento das diversas formas de ocupar, estar, usar e ser no território. Esses territórios decorrem de um processo contínuo de lutas sociais e políticas, a exemplo das Reservas Extrativistas/RESEX propostas pelo Conselho Nacional de Populações Extrativistas/CNS; a Reforma Agrária Popular, defendida pela

Carta Política - IV ERAA

Via Campesina, com base nas propostas e organização de camponeses; e a construção de protocolos de consulta de terras indígenas e comunidades tradicionais, como as comunidades quilombola de Abacatal, Laranjituba e África e agroextrativista de Pirocaba, que devem ser processos contínuos de luta nas comunidades.

A garantia dos direitos territoriais e a terra, também se dão através de campanhas, como a campanha “Não abra mão da sua terra: terra nossa vida, nossa mãe e nossa riqueza”, desenvolvida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Pará/FETRAGRI e sindicatos, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, para que os agricultores familiares não vendam suas terras frente ao processo de individualização dos lotes, previsto na Lei 13.465/2017, vulgo Lei da grilagem; e de mobilizações, como o Acampamento Terra Livre/ATL, realizado pelos movimentos indígenas, que mesmo diante dos desafios e ameaças, tem conseguido frear processos como a tramitação da PEC 215¹.

Dado o contexto, há necessidade de unificar as várias lutas dos diversos grupos, conectados à defesa da terra e território. Entretanto, nesta conexão, tem que se chamar atenção que a defesa do território, se relaciona com a defesa de direitos coletivos e difusos, tais como: uma boa água, comida saudável, ar puro, saneamento básico, que será garantido não só para os povos daquele território, mas para outras populações desta e das próximas gerações.

Com a crescente criminalização dos movimentos em defesa da terra e do território, a dificuldade de unificar as lutas será maior. No entanto, como apontou uma indígena Xerente “**Agora temos que nos mostrar ainda mais**”, justamente para visibilizar as lutas e unifica-las. Neste sentido, esta visibilização deve ser de âmbito internacional, respondendo ao desafio de construir uma articulação ampla, frente a um desafio que também é amplo e extrapola fronteiras.

¹ Esta PEC muda o Art. 231 da Constituição Federal que reconhece as terras tradicionalmente ocupada pelos indígenas, deixando o executivo o papel de demarca-las; com a PEC essa responsabilidade passaria ao legislativo.

Carta Política - IV ERAA

Sociobiodiversidade e Soberania dos Povos da Amazônia

A sociobiodiversidade amazônica é um patrimônio dos povos e deve ser valorizada em termos de políticas públicas, da importância dos processos produtivos, culturais, ambientais, econômicos e sociais que os agricultores e agricultoras familiares e povos tradicionais e indígenas ajudam a conservar por meio do manejo e das práticas sociais que desenvolvem. A sociobiodiversidade guarda intensa relação com a agroecologia, uma vez que o papel dos homens e das mulheres, e dos jovens se faz preponderante no sentido de garantir a reprodução social e material de famílias camponesas. Através de práticas sustentáveis de uso desses produtos, o respeito à natureza e seus ciclos, o não uso de veneno e a noção de bem viver são as diretrizes-chaves, pois os produtos oriundos dela se transformam em alimento saudável, artesanato, remédios para pessoas, animais e para curar as roças das chamadas “pragas”, como as experiências com homeopatia desenvolvidas na comunidade São Patrício, no Vale do Paraíso em Rondônia; são fundamentais na construção de casas, na confecção de utensílios domésticos, dentre outros.

Para o desenvolvimento no campo e na cidade é necessário haver políticas públicas e incentivos que ampliem o apoio aos camponeses, que protejam seus territórios e garantam a soberania amazônica e brasileira. É necessário pensar a valorização desse patrimônio do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, da diversidade social e cultural, dos mercados locais e sustentáveis, da saúde e da própria permanência dos ecossistemas enquanto promotores do bem viver na relação natureza e sociedade.

Comunicação, Cultura e Agroecologia

Entendemos que a comunicação não é apenas instrumento de divulgação de ações e eventos. Do mesmo modo, a cultura não se restringe a momentos de lazer e entretenimento. Ambos carregam consigo a expressão mais genuína do nosso povo, do nosso jeito de viver e conviver com a floresta, com a agrofloresta e suas diferentes formas de coexistência.

Carta Política - IV ERAA

A comunicação é o vento que leva mais longe as sementes. Queremos que nosso sopro seja forte e leve vida para todas as partes, as diversas regiões, territórios e lugares, dos quais o imaginário e a memória são espaços fecundos que favorece um agir agroecológico com maior alcance.

Sem democracia não há agroecologia, é igualmente verdadeiro dizer que sem comunicação e cultura a democracia não se efetiva em sua integralidade pela ausência da diversidade de vozes. Assim, sem comunicação e cultura não há democracia nem agroecologia.

Mulheres e Agroecologia

As mulheres são duramente impactadas pela desigualdade que mistura o avanço do capital com uma visão patriarcal de sociedade em que o seu trabalho, mesmo que já tenha avançado na visibilidade, ainda não é valorizado. A violência estrutural presente na forma como se negociam as terras para o avanço do monocultivo, hidronegócio, mineração, entre outros, também está presente nos danos advindos com estes empreendimentos, como prostituição, exploração sexual infantil e outras violações aos direitos das mulheres que tratam seus corpos como mercadoria.

É necessário manter e fortalecer os espaços de socialização, sistematização e comunicação das experiências das mulheres amazônicas voltadas ao fortalecimento da Agroecologia, ao autocuidado e proteção à vida das mulheres, à segurança alimentar e nutricional tais como os circuitos de feiras agroecológicas que funcionam como uma estratégia de visibilizar e valorizar sua produção.

As mulheres são com água, crescem quando se juntam nas marchas das Margaridas e das Mulheres Negras, nas manifestações de rua, nos coletivos, nos grupos, nos sindicatos e não querem mais ser cotas nos espaços de construção de poder. Fortalecidas e animadas pela certeza que **sem feminismo não há agroecologia** as mulheres vêm corajosamente enfrentando o machismo, se contrapondo à realidade cruel da violência contra a mulher e anunciando que a diversidade do que hoje plantam e colhem, provem comida de verdade sem veneno, no campo e na cidade.

Carta Política - IV ERAA

Construção do Conhecimento Agroecológico, ATER e Educação do campo

As diversas experiências das redes de Escolas Familiares Agrícolas/EFAS, Casas Familiares Rurais/CFR, os processos formativos autônomos dos movimentos sociais e a conquista de políticas públicas de educação do campo, como os núcleos de estudos e extensão em agroecologia nos Institutos Federais e Universidades, demonstram o avanço da Agroecologia como campo de pesquisa, formação profissional e espaço de diálogo de saberes conectados com os territórios, como no Assentamento Abril Vermelho em Santa Bárbara, e no Assentamento João Batista, em Castanhal, no Pará.

As práticas da pedagogia da alternância transformam a vida de estudantes, da família e de toda a comunidade, como na Rede de Associações de Escolas Famílias do Amapá/RAEFAP. Elas promovem a articulação com outras políticas públicas como o PNAE, PAA, acesso ao crédito, regularização fundiária, entre outras.

A questão do financiamento e da autonomia das associações gestoras ainda é um gargalo, assim como a sua interlocução com o poder público. A sociedade precisa conhecer a importância dessas redes, não só para a população do campo e da floresta, como também da cidade, e assumir um compromisso com a defesa dos princípios da Educação do Campo e com a luta para garantia da continuidade, ampliação e consolidação dessas redes.

Juventudes e Agroecologia

A força e permanência da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, comunidades extrativistas e quilombolas no campo e na floresta se faz com uma juventude atuante e presente no território. Para isso, existe um conjunto de desafios e a necessidade de construção de ações de fortalecimento das juventudes.

Por isso é necessário defender: a garantia de acesso a educação de qualidade contextualizada nos territórios; a necessidade de valorização do trabalho da juventude e

Carta Política - IV ERAA

de sua criatividade; fortalecer principalmente o trabalho das mulheres jovens; criação de espaços de discussão e reflexão sobre a agroecologia como fortalecedora da juventude nos territórios, como por exemplo, seminários, encontros e formação para o fortalecimento da identidade nos territórios; fortalecer a memória e os saberes presentes no território como fator construtor de relações agroecológicas.

Construção Social de Mercados

Na última década o movimento agroecológico tem ampliado a estratégia de circuitos curtos como as feiras, o que tem proporcionado uma maior interação campo-cidade. Apesar de termos clareza que as feiras são uma importante via de comercialização e troca de experiências, o que faz destas uma ação que deve ser cada vez mais incentivada e ampliada para os demais estados da Amazônia, temos dificuldades próprias da região como as ligadas ao transporte e os custos associados, que afeta diretamente o escoamento da produção impedindo a ampliação dessas iniciativas.

Outra questão que deve ser superada para ampliarmos a diversidade de produtos nas feiras e demais circuitos curtos está relacionada a legislação sanitária que apesar dos avanços da Resolução RDC49 e das instruções normativas do MAPA lançadas nos últimos cinco anos, ainda não foram internalizadas pelos estados e municípios e ainda predomina um caráter repressivo mais que o educativo, função atribuída nestas novas legislações aos órgãos de vigilância e fiscalização. A falta de uma ATER voltada para apoiar a comercialização também é apontada como um gargalo para a qualificação dos espaços de comercialização agroecológicos e solidários (feiras e mercados institucionais principalmente). No caso dos mercados institucionais, foi identificada a falta de compromisso dos governos para cumprimento das leis e normativas do FNDE e CONAB no que diz respeito a implementação do PNAE, PAA e PGPMBio, o que tem diminuído o acesso dos povos da Amazônia, impactando diretamente na renda, tendo em vista que a diversificação de canais é fundamental para sustentabilidade da produção de base familiar e comunitária na Amazônia.

Entre as estratégias para fortalecer a Agroecologia, são centrais tanto a promoção da soberania dos territórios do Bem Viver, quanto a valorização e

Carta Política - IV ERAA

fortalecimento do consumo justo e solidário, comprometido politicamente com a democratização dos sistemas agroalimentares e encurtamento dos circuitos de comercialização. Os exemplos apresentados no IV ERAA do Circuito de feiras do Baixo Munim do Maranhão, das feiras gerenciadas pelos movimentos sociais de Rondônia e da Feira agroecológica de saberes e sabores realizada durante o encontro no centro de Abaetetuba, Pará tem demonstrado que as feiras vão além de importantes espaços de comercialização, são também momentos preciosos de troca de experiências e talvez a mais efetiva forma de integração entre o campo e a cidade.

Direito a Cidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

O consumo de alimentos do agronegócio quer dizer doença e morte nas cidades, no campo, nas águas e nas florestas. O avanço de grandes empreendimentos econômicos, projetos de infraestrutura e logística, a expansão urbana, como o caso da comunidade quilombola do Abacatal, em Ananindeua no Pará, trazem consigo danos ambientais e a alteração dos modos de vida das comunidades urbanas e rurais.

O glamour da cozinha amazônica elitizada não transforma essas injustiças vividas por povos e comunidades tradicionais em seus territórios, onde estão presentes a violação do direito humano à alimentação saudável, quando a comercialização vale mais que o autoconsumo e a valorização da sociobiodiversidade. Em contrapartida, já é realidade a comercialização de toneladas de alimentos da agricultura familiar e camponesa, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, comunidades quilombolas e extrativistas em processos centrados na segurança alimentar, na garantia de direitos e em relações de confiança. Comer é um ato político capaz de revolucionar a vida, como os pontos de cultura alimentar laceratá, em Belém, no Pará, e nas feiras agroecológicas realizadas em toda a Amazônia.

A valorização das culturas da Amazônia ultrapassa a suposta fronteira entre campo e cidade, para que territórios, modos de vida e a cultura alimentar tradicionais sejam respeitados nas cidades. A produção, distribuição e consumo de comida de verdade é tarefa de todos e todas nós para construção de sistemas agroalimentares democráticos.

Carta Política - IV ERAA

A ANA Amazônia certamente sai mais fortalecida do IV ERAA, se consolidando como uma rede que aglutina os diferentes povos e movimentos da Amazônia para a construção de uma estratégia de resistência popular na região.

Sem Democracia não há Agroecologia!

Sem Feminismo não há Agroecologia!

Juventude que ousa lutar Constrói o Poder popular!

Direitos Indígenas Compromissos de Todos!

Nenhum Quilombo a Menos! Por Territórios Livres e Soberania popular na Amazônia!

Realização

:



Apoio:

